



NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

Folha do **IAB**

JORNAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Nº 172 - SETEMBRO/DEZEMBRO - 2022

Um ano para ficar na história

O ano de 2022, em que se comemorou o Bicentenário da Independência do Brasil, foi também um ano de muita mobilização em torno das eleições gerais e dos constantes ataques à democracia e à estabilidade institucional no País. O Instituto dos Advogados Brasileiros dedicou vários eventos ao debate sobre a verdadeira independência, que ainda não se concretizou. No campo político, as turbulências levaram o IAB a se posicionar, sempre que percebeu atos de abuso de poder, de ataque ao Estado Democrático de Direito e de desrespeito à Constituição e ao Judiciário. Por meio de notas e vídeos, o IAB buscou combater a praga da desinformação. O Instituto cumpre, assim, o papel histórico que vem desempenhando há 180 anos.

PÁGINAS 4 e 5



■ Em 2022, IAB debateu o processo da Independência, suas origens e motivações

PÁGINA 3

■ Plenário votou pela inconstitucionalidade da PEC que amplia imunidade parlamentar

PÁGINA 7

■ ENTREVISTA
O premiado Paulo de Bessa Antunes fala da importância do Brasil para o meio ambiente

PÁGINA 8

Mensagem do presidente

Ao longo dos seus 180 anos de ininterrupta atividade jurídica-institucional, o Instituto dos Advogados Brasileiros sempre preservou a sua tradição histórica de ser firme e atento aos acontecimentos sociais e políticos do Brasil. No disruptivo ano de 2022, o IAB exerceu raro protagonismo na defesa da lisura do processo eleitoral e dos primados de nossa democracia. Estivemos presentes e nos manifestamos, sempre que identificamos tentativas antidemocráticas de desacreditar a Justiça Eleitoral e criar um ambiente de instabilidade institucional que viesse a colidir com os Poderes constituídos. O IAB reafirmou, assim, o seu compromisso com a intransigível defesa do Estado Democrático de Direito.

As eleições gerais transcorreram com a seriedade esperada pela sociedade brasileira e dentro do almejado espírito pacífico. Como ressaltado durante todo o ano pelo IAB, as urnas eletrônicas comprovaram sua eficiência e segurança, oferecendo amplo acesso ao voto e a transparência necessária ao processo eleitoral. Mais uma vez, a democracia brasileira saiu fortalecida e a Justiça Eleitoral confirmou sua autoridade na legítima e autônoma condução do processo de escolha dos representantes do povo brasileiro.

O momento é de deixar de lado a luta eleitoral, mirar o futuro e promover a reunificação de um país desmanchado institucionalmente e dividido pela intolerância. O fechamento do ciclo duro e renhido do processo eleitoral nos trouxe a certeza de que o País precisa de urgente pacificação para retomar o seu crescimento.

Alcançar o caminho da democracia social, combater o discurso discriminatório de raça e de gênero, proteger o meio ambiente, promover a cultura, defender os direitos humanos, unir empresas e trabalhadores, avançar no desenvolvimento econômico e social, impedir a desinformação, recuperar o protagonismo internacional, assegurar a liberdade de imprensa e todas as liberdades constitucionais são compromissos a serem urgentemente revisitados e reconquistados com vigor. E que eles representem uma nova era de maior soberania e harmonia.

Com isso, iremos garantir o fortalecimento de nossa democracia – a grande vitoriosa –, que comprovou ser sólida e capaz de carregar em seus largos e fortes ombros a nossa plena institucionalidade constitucional.

Sydney Sanches

O momento é de deixar de lado a luta eleitoral, mirar o futuro e promover a reunificação de um país desmanchado institucionalmente e dividido pela intolerância

Posse

No mês de setembro, tomaram posse como membros efetivos os seguintes advogados e advogadas: Laura Taddei Alves Pereira Pinto Berquó, Michele Penha da Silva, Renato Resende Beneduzzi, Adgerson Ribeiro de Carvalho Souza, Luiz Claudio Gonçalves Junior e Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes. Em outubro, foram empossados os seguintes membros efetivos: Adolpho Touzon Damiano Cordeiro, Rodrigo Jacobina Botelho, Carina Barbosa Gouvêa, Marcos Octávio Doria de Araújo, Eduardo Barboza Muniz e Alexandre Costeira Frazão.

Já em novembro, entraram para o IAB como membros efetivos: Luiz Henrique de Oliveira Júnior, Tacyra Di Gesu Freitas, Alice do Amaral Peixoto Moreira Franco, Kézia Sayonara Franco Rodrigues Medeiros, Ana Claudia Ferreira França Correa, Natália Mizrahi Lamas, Ana Beatriz Gonçalves Rosa Silva Paz, Daniela Garcia Giacobbo, Marcus Vinicius Fernandes Ramos, Ana Tereza Marques Parente, Danielle Machado Aguiar Vasconcelos Sá, Sonia Maria Alves Costeira, Paulo Fernando de Almeida Cabral, Sibelesena Campelo, Rachel Louise Braga Delmas Leoni Lopes de Oliveira, Solon Sehn, Ademir José da Silva e Silvia Virginia Silva de Souza.

Como membros honorários, tomaram posse no mesmo mês os consócios: Ricardo Rodrigues Cardozo, Marcos Vinicius Jardim Rodrigues, Alexandre Chini Neto, Rodolfo Kronenberg Hartmann, Livia Miranda Müller Drumond Casseres e Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.

Em dezembro ocorreram as posses dos seguintes membros efetivos: Carlos Alberto Menezes Direito Filho, Hercules Anton de Almeida, Ricardo Loretti Henriki, Mônica Flauzino Mendes, Maria Elizabeth da Silva Nunes, Suely Beatriz Ferreira, Alberto Nemer Neto, Alvaro Augusto Lauff Machado, José Carlos Rizk Filho e João Marinônio Carneiro Lages.

Expediente

Acompanhe o IAB nas redes sociais



IABnacional

Diretoria Estatutária

Presidente: Sydney Limeira Sanches

1º vice-presidente: Carlos Eduardo de Campos Machado

2º vice-presidente: Adriana Brasil Guimarães

3º vice-presidente: Ana Amélia Menna Barreto de Castro Ferreira

Secretário-geral: Jorge Rubem Folea de Oliveira

Diretor secretário coordenador do Setor Administrativo: Antônio Laért Vieira Júnior

Diretora Secretária de Relações Universitárias: Benizete Ramos de Medeiros

Diretora Secretária de Diversidade e Representação Racial: Edméa da Conceição Ribeiro Cardoso

Diretor Secretário de Relações Institucionais: Armando Silva de Souza

Diretor Financeiro: Amon Velmiovsky

Diretor Financeiro Adjunto: Luiz Felipe Conde

Diretora Cultural e da Esfah: Leila Pose Sanches

Diretora de Biblioteca: Marcia Dinis

Orador Oficial: Sergio Francisco de Aguiar Tostes

Diretor para Relações Governamentais e Legislativo: Miro Teixeira

Diretor de Coordenação das Comissões: Adilson Rodrigues Pires

Diretora de Comunicação: Carmela Grüne

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Ouvidor e Apoio aos Sócios: Paulo Maltz

Diretor Representante nas Entidades Internacionais: Paulo Malta Lins e Silva

Diretor de Eventos: Nélio Georgini da Silva

Diretor de Tecnologia e Inovação: Bernardo José Ferreira Gicquel de Deus

Diretora da Revista Digital: Katia Rubinstein Tavares

Diretor de Recursos Humanos: Henrique Lopes de Souza

Diretor de Aperfeiçoamento Legislativo: Sergio Guimarães Riera

Procuradores: João Theotônio Mendes de Almeida Junior, Paulo de Moraes

Penalva Santos, Renato Neves Tonini e Rogério Alvaro Serra de Castro

REPRESENTANTES ESTADUAIS

Alvaro Fernando da Rocha Mota (PI), Ana Paula Araújo de Holanda (CE), André Augusto Malcher Meira (PA), Aniello Miranda Auiero (AM), Antônio Onildo Ferreira (RR), Auriney Uchôa de Brito (AP), Breno Dias de Paula (RO), Carlos Alberto de Souza Rocha (ES), Carlos Pessoa de Aquino (PB), Carmela Grüne (RS), Claudio Araújo Pinho (MG), Daniel Blume Pereira de Almeida (MA), Fábio Arthur da Rocha Capilé (MT), Fábio Túlio Barroso (PE), Francilene Gomes de Brito (CE), Hélio Leitão (CE), Joelson Costa Dias (DF), Luciana Barcellos Slosbergas (SP), Luis Antônio Camargo de Melo (DF), Luiz Claudio Silva Allemann (ES), Luiz Rodrigues Wambier (PR), Luiz Viana Queiroz (BA), Manoela Gonçalves Silva (GO), Nilson Reis (MG), Paulo Joel Bender Leal (RS), Paulo Nicholas de Freitas Nunes (AL), Sandro Mezzarano Fonseca (SE), Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho (SC) e Thiago Branner Garcês Costa (MA).

Av. Marechal Câmara 210, 5º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-080 - Telefex: (21) 2240-3173
www.iabnacional.org.br | iab@iabnacional.org.br

Folha do IAB

Publicação bimestral do Instituto dos Advogados Brasileiros

Jornalista responsável: Fernanda Pedrosa (MT 13511)

Redação: Fernanda Pedrosa

Projeto gráfico e diagramação: Daniel Tiriba

Fotografia: Arquivo IAB

Impressão: Gráfica Rio DG

Tiragem: 2.100 exemplares



No ano do Bicentenário, IAB defendeu independência com democracia social

“Na celebração do Bicentenário, seguimos em nosso processo de independência, que almeja alcançar a verdadeira democracia social desenhada em nossa Constituição, com o fim das desigualdades sociais, a preservação de nossa identidade cultural, o combate a toda forma de discriminação e a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente.” A afirmação foi feita pelo presidente nacional do IAB, Sydney Sanches, na data em que se comemoraram os 200 anos da Independência do Brasil.

Entidade jurídica mais antiga das Américas, com 179 anos, o IAB discutiu, ao longo de 2022, todo o processo da Independência, as suas origens e motivações, e os rumos que se apresentam para o País. Na abertura do webinar intitulado *Bicentenário da Independência: a construção da Nação e o seu futuro*, realizado no dia 5 de setembro, o presidente do IAB afirmou que “a independência ainda continua sendo um processo em construção” e que “é importante o comprometimento para assegurar que o País prossiga no seu processo de independência, de inclusão e de encurtar as diferenças sociais”.

O evento reuniu lideranças de cinco entidades centenárias: os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Victorino Chermont de Miranda, e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Octávio Costa; o vice-presidente Jurídico da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Daniel Homem de Carvalho; o escritor Joaquim Falcão, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), além do presidente do IAB.

“O grande simbolismo dessa mesa de abertura é o compromisso das entidades com a institucionalidade nacional”, disse Sydney Sanches. Por ser também um



ano eleitoral, em que prevaleceram a polarização, a disputa acirrada e a desinformação, as comemorações do Bicentenário da Independência se mesclaram à defesa da normalidade constitucional, da independência do resultado das eleições, da segurança do processo eleitoral, do prestígio à imprensa, dentro do processo de preservação da democracia. “Especialmente neste ano, nos ocupamos muito em falar sobre temas que esperávamos estar superados, como a preservação do Estado Democrático de Direito”, ressaltou o presidente do IAB.

Membro da ABL e do IAB, Joaquim Falcão falou sobre a busca da independência cultural na área jurídica, que, segundo ele, começou com vários antagonismos, que se reproduzem até hoje: “Basta olhar o currículo dos cursos jurídicos de antigamente, para ver a opção pela elite primeiro e o povo depois”. Presidente do IHGB, Victorino Chermont de Miranda disse que “eventos comemorativos do Bicentenário da Independência suscitam o muito que ainda cumpre fazer para que essa independência traduza-se não apenas em defesa da soberania nacional, mas cada vez mais em políticas públicas que busquem maior inclusão social”.

O presidente da ABI, Octávio Costa, lembrou que, desde a sua fundação, a Associação tem um histórico de batalhas em prol da democracia. E acrescentou: “Que as comemorações do Bicentenário não sejam elitistas, não sejam comemorações de apenas uma parte da sociedade. Ao falar de independência, que falemos das mulheres, dos indígenas, dos negros, da diversidade. Este é um desafio que temos para os próximos anos”.

A importância da consciência crítica

Durante o VII Colóquio da Comissão de Direito Constitucional, que teve como tema *Bicentenário da Independência do Brasil: os desafios da democracia contra o autoritarismo e a barbárie*, os palestrantes apontaram a necessidade de maior conscientização sobre o verdadeiro significado de “independência”.

Moderadora de uma das mesas de debates, a vice-presidente da Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa, Margarida Pressburguer, afirmou: “O Bicentenário deveria ser comemorado grandiosamente. Mas, pessoalmente, não vejo um momento adequado para qualquer tipo

de comemoração. A Independência do Brasil não foi plena e não atingiu a todos nós”.

Para o historiador e professor Francisco Carlos Teixeira, “há passados que custam a passar, e esse passado brasileiro pesa profundamente sobre o presente e quicá sobre o futuro da Nação”. O presidente da Comissão de Direito Constitucional do IAB, Sérgio Sant’Anna, que é doutor em Ciência Política pela UFF, reforçou a importância do papel do IAB para a data: “O bicentenário tem que ser um momento de reflexão crítica. E há 180 anos o Instituto vem tentando desempenhar o papel de despertar essa consciência da sociedade”.

Da esq. para a dir., Victorino Chermont de Miranda, Joaquim Falcão, Sydney Sanches e Octávio Costa



Eventos comemorativos do Bicentenário da Independência suscitam o muito que ainda cumpre fazer para que essa independência traduza-se não apenas em defesa da soberania nacional, mas cada vez mais em políticas públicas que busquem maior inclusão social



Victorino Chermont de Miranda

Informação de qualida

IAB SE MOBILIZOU, POR MEIO DE NOTAS E VÍDEOS INFORMATIVOS, PARA REBATER ATAQUES À DEMOCRACIA E AO PROCESSO ELEITORAL

“A Série Informativa – Especial Eleições 2022 disponibilizou conteúdo crítico por meio de entrevistas com integrantes da Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa, a fim de promover a liberdade para votar e elevar a participação cidadã na gestão pública”

Carmela Grüne



A atual diretoria do IAB tomou posse em maio de 2022, “um momento muito sensível para o País”, na definição do presidente Sydney Sanches. Isso fez com que o IAB, preocupado com a institucionalidade, tomasse medidas imediatas e se manifestasse de várias formas, em reação aos constantes ataques ao Estado Democrático de Direito e aos Tribunais Superiores. Além da criação da Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa, com o objetivo de dar respostas imediatas a esses ataques, o Instituto divulgou várias notas públicas e vídeos informativos sobre as eleições.

A Comissão procurou responder, por meio de notas, com a máxima presteza possível, às tentativas de se criar instabilidade no País, principalmente com a di-

vulgação de notícias fraudulentas. “Esta é uma preocupação grande, já que as redes sociais hoje exercem um papel muito importante na troca de informações e pensamentos”, ressalta Sydney Sanches. Ele lembra, ainda, que o IAB participou de várias manifestações com outras entidades nacionais.

Ao longo do processo eleitoral de 2022, o IAB produziu e disponibilizou no seu canal no YouTube (TVIAB) e nas suas redes sociais 11 vídeos informativos sobre as eleições. Em entrevistas curtas, membros do Instituto falaram sobre vários aspectos do processo eleitoral, no intuito de esclarecer o público sobre temas como fake news, crimes eleitorais, voto consciente e importância da democracia, entre outros.

Diretora de Comunicação do IAB, Carmela Grüne explica que

“a Série Informativa – Especial Eleições 2022 disponibilizou conteúdo crítico por meio de entrevistas com integrantes da Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa, a fim de promover a liberdade para votar e elevar a participação cidadã na gestão pública, pelo voto consciente e pela fiscalização das eleições contra abusos do poder econômico”.

Segundo a diretora, “a atual gestão do IAB almeja ampliar a comunicação e, para isso, utilizamos todas as ferramentas disponíveis para garantir o amplo acesso a conteúdos e atividades produzidas pelo Instituto que têm relevância nacional”. Os vídeos estão disponíveis nos perfis do IAB no Instagram, Facebook, Twitter, LinkedIn e Spotify, além do canal TVIAB no YouTube.

de contra as fake news



Confira a lista de entrevistados e os temas abordados

- ▶ O presidente nacional, Sydney Sanches, sobre o papel da Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa;
- ▶ O 1º vice-presidente, Carlos Eduardo Machado, sobre eleições e liberdade de imprensa;
- ▶ O membro do Conselho Superior Hariberto de Miranda Jordão Filho, sobre a importância do voto livre;
- ▶ O secretário-geral, Jorge Rubem Folena de Oliveira, sobre o papel das Forças Armadas no processo eleitoral;
- ▶ A vice-presidente da Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa, Margarida Pressburger, sobre os horrores da ditadura e a importância da luta pela democracia;
- ▶ O diretor para Relações Governamentais e Legislativo, Miro Teixeira, sobre o processo coletivo de construção da Constituição de 1988;
- ▶ O diretor de Eventos, Nélcio Georgini, sobre diversidade na democracia;
- ▶ O consócio Fernando Augusto Fernandes, sobre resistência democrática e Eleições 2022;
- ▶ O presidente da Comissão de Direito Constitucional, Sérgio Pinheiro Sant'Anna, sobre combate às fake news nas Eleições de 2022;
- ▶ O vice-presidente da Comissão de Direito Internacional, Paulo Fernando Pinheiro Machado, sobre cláusula democrática nos compromissos internacionais;
- ▶ A diretora de Comunicação, Carmela Grüne, sobre a importância da redução das abstenções nas eleições.

Manifestações

A Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa emitiu várias notas em defesa da institucionalidade brasileira, do respeito ao processo eleitoral, da confiabilidade das urnas eletrônicas, da atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do resultado das eleições. Manifestou-se contra o abuso de poder, o uso da máquina pública para ações de campanha e a apropriação de datas nacionais, como o Bicentenário da Independência, para atos eleitorais. “O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), atento à necessidade de garantir a liberdade para votar e combater os abusos de poder nas eleições de 2022, vem alertar à população brasileira que tais práticas são atentatórias à democracia”, afirma uma das notas.

Ao final do primeiro turno, o IAB parabenizou os eleitos e ressaltou a eficiência e segurança das urnas eletrônicas. “Mais uma vez, a democracia brasileira sai fortalecida e a Justiça Eleitoral confirma sua autoridade na legítima e autônoma condução do processo eleitoral”, diz a nota. Após o resultado do segundo turno, no dia 30 de outubro, o Instituto mais uma vez se manifestou cumprimentando o presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e desejando “plena sabedoria e sucesso no seu mandato”. Mas, a atuação do Instituto não parou aí: o IAB continuou vigilante e acompanhando com independência todo o processo de transição de mandato, a fim de que esse período se desse de forma republicana e em benefício aos anseios democráticos da Nação brasileira.

“O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), atento à necessidade de garantir a liberdade para votar e combater os abusos de poder nas eleições de 2022, vem alertar à população brasileira que tais práticas são atentatórias à democracia

Nota do IAB



Assista a todos os vídeos da Comissão de Defesa da Democracia

SETEMBRO/DEZEMBRO

Eleições

Ayres Britto: alternativa à democracia é a ditadura, a barbárie



Durante painel sobre *Eleições e desinformação*, no dia 4 de outubro, no IAB, o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto (*foto*) afirmou: “Minha palavra de alerta é no sentido de cerrarmos fileiras, todos, em torno do princípio da democracia, sem o qual tudo o mais é nada, é barbárie. A democracia só é radical em uma coisa: ela não admite alternativa, porque a alternativa é a ditadura, a barbárie”.

O painel fez parte do evento *Eleições democráticas no Brasil*, que foi transmitido durante todo o dia pelo canal TVIAB no YouTube. O debate girou em torno da influência das fake news nas campanhas eleitorais. Também participaram do painel, como palestrantes, o professor titular de Direito Constitucional da Uerj Carlos Roberto de Siqueira Castro e a presidente da Comissão de Direito Eleitoral do IAB, Vânia Aieta. O ex-deputado Miro Teixeira presidiu a mesa de debates e a diretora de Comunicação do IAB, Carmela Grüne, atuou como debatedora.

Ayres Britto descreveu o ambiente eleitoral ideal como um ambiente de celebração, de festa, de regozijo. “Por isso a quadra que vivemos no Brasil é preocupante. Nunca vi este país tão desunido”, afirmou. Sobre a desinformação, o ex-ministro disse: “O indivíduo bem informado tem mais condições de fazer suas escolhas. A informação é também condição de cidadania. A soberania do voto é precedida da nossa cidadania. Daí, vêm as fake news e sabotam a trindade única: pensamento, expressão e informação”. Segundo o ex-ministro, a democracia está sendo alvo de ataque, mas ele ressaltou: “A nossa Constituição tem vergonha na cara, porque fez da democracia o seu princípio mais alto”.

Estante

Espaço de divulgação de livros doados à Biblioteca Daniel Aarão Reis



BUZANELLO, José Carlos. *Direito de resistência constitucional*. Curitiba: Juruá, 2021.

Resultado da tese de doutorado do autor, a obra é dirigida aos diversos tipos de operadores do Direito, desde os militantes e acadêmicos até os juristas mais rigorosos. O livro trata do direito de resistência, dando forma aos conceitos, às espécies e aos métodos de ação política e jurídica do Direito Constitucional.



SANT'ANNA, Sérgio Luiz Pinheiro (org.). *O Instituto dos Advogados Brasileiros e os pareceres da Comissão de Direito Constitucional: volume 2*. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022.

A Comissão de Direito Constitucional do IAB lançou o segundo volume do livro com os pareceres produzidos pela comissão e aprovados pelo plenário do Instituto, que enfrentam temas da maior relevância para o Estado, suas instituições e para o povo brasileiro.



OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de; PINTO, Felipe Kertesz Renault; Iglesias, Tadeu Puretz (orgs.) *Estudos em homenagem ao professor Adilson Rodrigues Pires*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

O livro reúne artigos de estudiosos do Direito Tributário, que prestam uma homenagem ao professor Adilson Rodrigues Pires, diretor o IAB, que deu aula em diversas instituições de Direito nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, contribuindo para a formação de vários profissionais do Direito Tributário. Os textos têm como objetivo contribuir para o aprimoramento do estudo da tributação no Brasil.

Maiores de 70 anos devem escolher o regime de bens no casamento

Na sessão plenária do dia 26 de outubro, o plenário do IAB aprovou o parecer da Comissão de Direito das Famílias e Sucessões, que se posicionou de forma favorável ao projeto de lei 189/15, de autoria do deputado Cléber Verde (PRB-MA), que derruba o impedimento de escolha do regime de bens no casamento de pessoas com mais de 70 anos.

A proposta pretende revogar o inciso II, do art. 1.641, da Lei 10.406/2002 (Código Civil), que diz ser obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de 70 anos e, assim, interpreta a pessoa idosa como vulnerável a golpes matrimoniais. “Além de violar os artigos 3º e 4º Constituição Federal, que tratam da vedação de qualquer discriminação etária, a lei vigente trata as pessoas de mais de 70 anos de forma depreciativa, prejudicando a sua livre escolha e autonomia privada”, argumentou o relator do parecer, Pedro Teixeira Pinos Greco (foto).



PEC que amplia a imunidade parlamentar é inconstitucional



O plenário do IAB aprovou, na sessão ordinária híbrida de 5 de outubro, o parecer do relator Aldo Arantes (foto), da Comissão de Defesa da Democracia, das Eleições e da Liberdade de Imprensa, que opinou pela inconstitucionalidade da Proposta de Emenda Constitucional nº 3/2021, de autoria do deputado federal Celso Sabino (PSDB/PA). O parlamentar propõe a alteração dos artigos 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para, entre outras coisas, determinar que a imunidade parlamentar seja garantida perante qualquer declaração, podendo apenas ser passível de responsabilização em âmbito ético-disciplinar por quebra de decoro nos termos do parlamento.

“A proposta tem a evidente função de isentar de responsabilidades o parlamentar que atentar contra o Estado Democrático de Direito e as instituições republicanas”, afirmou o relator. Aldo Arantes acrescentou ainda que a liberdade de expressão não é um direito absoluto, mas está regida por compromissos civis e políticos e não pode destruir as instâncias do Direito. O presidente nacional

do IAB, Sydney Sanches, lembrou que a aprovação do parecer coincidiu com a comemoração dos 34 anos da Constituição Federal de 1988. “Essa votação é simbólica, porque o assunto é muito importante e sensível para a democracia brasileira”, afirmou.

A PEC foi elaborada no contexto da penalização do deputado federal Daniel Silveira (PTB/RJ), que defendeu um regime ditatorial no Brasil, além de direcionar falas agressivas a magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar foi preso sob denúncias de incitação à animosidade entre as Forças Armadas e o Poder Judiciário.

Durante a votação do parecer, a consócia Leila Bittencourt ressaltou que as imunidades não podem “extrapolar o exercício parlamentar”. Ela alertou que todo cuidado com posturas antidemocráticas é pouco, opinando que qualquer falta à democracia deve “passar pelo crivo do Poder Judiciário”. Lembrando a atitude de Daniel Silveira, o presidente da Comissão de Direito Constitucional, Sérgio Santana, definiu o ataque ao STF como “conjunto de absurdos”.

“A proposta tem a evidente função de isentar de responsabilidades o parlamentar que atentar contra o Estado Democrático de Direito e as instituições republicanas”

Aldo Arantes



‘O Brasil tem uma liderança *natural* em meio ambiente’



“O governo federal, nos últimos quatro anos, produziu uma política anti-meio ambiente. Felizmente, os estados e os municípios, em sua maioria, prosseguiram na trajetória de proteção

Ao receber o Prêmio Elisabeth Haub de Direito Ambiental e Diplomacia 2022 – o mais importante do mundo na área do Direito Ambiental –, concedido pela Escola de Direito Elisabeth Haub, da Pace University (EUA), no dia 8 de novembro, o presidente da Comissão de Direito Ambiental do IAB, Paulo de Bessa Antunes, estendeu a honraria ao “reconhecimento das pessoas que estão no Brasil sendo massacradas por darem ao meio ambiente segurança e suporte na lei ambiental”. Criado em 1997, o prêmio é concedido a advogados e representantes do poder público que atuam pelo desenvolvimento das políticas ambientais. Autor de 15 livros sobre legislação ambiental, entre os quais *Direito Ambiental*, que está em sua 23ª edição, Bessa Antunes considera que a escolha do seu nome para ganhar o prêmio é “uma demonstração internacional da importância do Brasil para a proteção do meio ambiente e do sistema climático global, em um período muito negativo para o meio ambiente brasileiro”.

Qual a importância de um brasileiro receber, este ano, o Prêmio Elisabeth Haub de Direito Ambiental e Diplomacia?

A importância é enorme, pois mais uma vez reconhece a importância do Direito Ambiental brasileiro e de sua produção doutrinária. É, também, uma demonstração internacional da importância do Brasil para a proteção do meio ambiente e do sistema climático global, em um período muito negativo para o meio ambiente brasileiro. É uma grande honra ter recebido tal distinção.

Como o sr. avalia o retrocesso político havido no Brasil, nos últimos anos, em relação à proteção ao meio ambiente?

O governo federal, nos últimos quatro anos, produziu uma política anti-meio ambiente. Felizmente, os estados e os municípios, em sua maioria, prosseguiram na trajetória de proteção. Um bom exemplo foi a participação do consórcio dos estados amazônicos na COP 27. O Poder Judiciário, igualmente, se manteve fiel à Constituição e impediu retrocessos maiores. Aqui, julgo relevante destacar o papel da Comissão de Meio Ambiente de nosso Instituto que, por meio de pareceres e moções, sempre se posicionou em defesa do artigo 225 da Constituição Federal e da legislação ambiental brasileira.

De que maneira será possível recuperar o que foi

perdido no âmbito nacional e retomar o protagonismo internacional?

Apesar de muitas normas infra-legais que “afrouxaram” a proteção ambiental, a legislação de base não sofreu mudanças significativas, principalmente a inclusão do § 10 no artigo 4º da Lei 12.651/2012. O principal é a reestruturação dos órgãos ambientais, o seu adequado financiamento e o número adequado de professores. Recuperar o bom relacionamento internacional é essencial para que se consigam financiamentos adequados. O Brasil tem uma liderança “natural” em meio ambiente. Ela, certamente, já está sendo retomada.

Como restaurar o valor e a qualidade da legislação ambiental brasileira, alvo de inequívoca e deliberada precarização regulatória nos últimos anos?

Como respondido anteriormente, o Poder Judiciário desempenhou importantíssimo papel na proteção do meio ambiente, tendo julgado inconstitucional grande parte das medidas tomadas pela administração que se encerra. O problema maior é fazer uma análise qualitativa e quantitativa da legislação infraconstitucional, em especial dos atos administrativos, e revogá-los, se for o caso. Todavia, é necessário cuidado, pois uma revogação pura e simples, sem analisar as consequências, pode gerar problemas de difícil solução.